
NECESSIDADE, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO COMO FATORES PARA QUALIDADE DE VIDA PARA MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Need, access and use of information as factors for quality of life for women in privacy of freedom

Maria da Conceição Davi (1), Joana Coeli Ribeiro Garcia (2)

(1) Universidade Federal da Paraíba, Brasil, nininha39@live.com. (2) Universidade Federal da Paraíba, Brasil, nacoeli@gmail.com

Resumo

Apresenta resultados de pesquisa sobre necessidade, acesso e uso de informação por mulheres em privação de liberdade, realizada na ala feminina do Complexo Penal João Chaves (CPJC) Natal - RN, questionando como tais mulheres interpretam e constroem o conceito de qualidade de vida. Objetiva analisar como a necessidade, o acesso e uso de informações, disponibilizadas ou não pelo CPJC, contribuem para a (re)construção do conceito de qualidade de vida por parte dessas mulheres. Constitui pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, instrumentalizada pela observação participante não sistemática e entrevistas semiestruturadas. Após aquiescência do CPJC, as entrevistas foram realizadas com 36 mulheres que aceitaram participar da pesquisa cujos dados foram analisados categorizados nos moldes da análise de conteúdo. O entrecruzamento de conceitos da teoria com a realidade das entrevistadas culmina em falas complexas, por vezes contraditórias. Entretanto, fica demonstrada a relevância da informação para a melhoria da qualidade de vida, sobretudo neste ambiente com dificuldades de socialização, resultando que as mulheres privadas de liberdade não têm exatamente o que querem em termos de qualidade de vida, mas sabem o que desejam e se expressam no sentido de alcançá-la.

Palavras- Chave: Qualidade de vida; Acesso e uso de informação; Mulheres em privação de liberdade; Qualidade de vida de apenadas.

Abstract

This paper presents research results on the need, access and use of information by women in deprivation of freedom, carried out in the women's wing of the João Chaves Penal Complex (CPJC) Natal - RN, questioning how such women interpret and construct the concept of quality of life. Therefore, it aims to analyze how the need, access and use of information, provided or not by CPJC, contribute to the (re) construction of the concept of quality of life by these women. It is constituted as descriptive research, with qualitative approach, of the case study type, instrumented by non-systematic participant observation

Davi, Maria da Conceição e Garcia, Joana Coeli Ribeiro. Necessidade, acesso e uso da informação como fatores para qualidade de vida para mulheres em privação de liberdade. *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*. vol. 14, no. 2 2020 pp. 75-103

and semi-structured interviews. After CPJC's acquiescence, the interviews were conducted with 36 women who agreed to participate in the research whose data were analyzed according to the content analysis technique with the establishment of categories. The intersection of concepts between theory and the reality of the interviewees culminates in complex and sometimes contradictory statements. However, the relevance of the information for improve the quality of life is demonstrated, especially in environments where it has difficulties to circulate. Conclusively, women deprived of liberty do not have exactly what they want in terms of quality of life, but they do know what they want and express in order to achieve it.

Keywords: Quality of life; Access and use of information; Women deprived of liberty; Quality of life of prisoners.

1 Introdução

A pesquisa de mestrado, intitulada **Identificação e construção do conceito de qualidade de vida a partir do acesso e uso da informação por mulheres em privação de liberdade** (Davi 2019) nos leva a refletir sobre como as mulheres percebem tal conceito, em como ocorre o acesso e uso da informação, em prol da identificação e construção do conceito de qualidade de vida. Inserimo-la na área da ciência da informação (CI), tendo em vista que esta se preocupa com a informação e construção de conhecimento, e em seu percurso teórico-prático volta-se para questões sociais e de bem-estar das comunidades.

A sociedade humana assinala a informação como necessária e indispensável para a realização pessoal, profissional, social em comunidade de convivência, considerando-a como bem intangível e intrinsecamente relacionada à representação de pensamentos e conhecimentos que socializados pelo processo comunicacional retornam na condição de informação. E a qualidade de vida, como necessidade básica para a sobrevivência do ser. Por via de consequência o acesso a informações torna-se elemento indispensável para construir tal conceito permitindo identificar sentimentos e sensações de carência e/ou de satisfação.

A informação como direito constituído para todos os cidadãos, adquire maior visibilidade a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, portanto é garantida pela lei maior do país, constitui a observância de direitos básicos, e por via de consequência, assegura também a todos acesso e transmissão:

Art. 5º - XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; [...] XXXIII - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou

de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (Brasil 1988 não paginado).

Assim, para atingir qualidade de vida, a informação é socialmente relevante e enquanto direito deve ser afirmado e confirmado mesmo que associada a estudos sobre pessoas privadas de liberdade. É temática pouco explorada na CI, comparativamente a quantidade de estudos existentes. As pessoas que almejam a liberdade podem melhorar ou ampliar sua experiência, utilizando o período de encarceramento para exercitar o uso da informação, capacitando-se e qualificando-se. É este um direito que efetiva e garante a vida em sociedade, e como responsabilidade social apresenta duas formas: entendendo as necessidades de uma comunidade privada do ir e vir; e ao conhecê-las identifica desejos em termos de melhoria de vida.

Para Setzer (2005 p.12), a informação “é uma abstração informal (isto é, não pode ser formalizada através de uma teoria lógica ou matemática), que está na mente de alguém, representando algo significativo para essa pessoa”. Observa-se por esse conceito que a informação se desenvolve e acompanha a evolução da sociedade humana e as implicações surgidas como consequentes dos diversos cenários em que se encontram.

A informação como apresentada tem a intenção primordial de comunicar e, de acordo com o que apontam Silva e Ribeiro (2002 p. 29), “[...] a comunicação é falarmos uns com os outros, é a televisão, é divulgar informação, é o novo penteado, é a crítica literária: a lista é interminável. [...] a comunicação é a interação social através de mensagens”. Percebe-se então que o acesso à informação ocupa papel de destaque, impactando de maneira significativa os cenários políticos, econômicos e sociais como um todo. A sobrecarga de informação impulsiona os diversos meios de comunicação a buscarem maneiras de proporcionar informação a vários tipos de indivíduos, com demandas distintas, por meios diversificados.

Na caracterização da informação como elemento de transformação vinculado à ressocialização, inserem-se os indivíduos que se encontram em instituições prisionais, destacando-se que o acesso à informação é considerado um fator basilar, um direito que antecede aos demais e que pode ser o diferencial, inclusive porque outros direitos lhes são retraídos durante o cumprimento de pena, embora o Código Penal brasileiro, Art.38 estabeleça que o apenado “conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade.” (Brasil 1940 s. p.).

Davi, Maria da Conceição e Garcia, Joana Coeli Ribeiro. Necessidade, acesso e uso da informação como fatores para qualidade de vida para mulheres em privação de liberdade. *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*. vol. 14, no. 2 2020 pp. 75-103

Júnior (1992 apud Barros Filho 1997 p. 2) considera que “o preso não se reduz a simples objeto de um processo administrativo penal. Mas, ao contrário, deve ser considerado como titular de direitos e faculdades e não mero detentor de obrigações e ônus”. Essa assertiva, entrelaçada à premência de ressocialização do indivíduo, pressupõe a informação como fator relevante ao desenvolvimento desses processos e prestação de serviços, por meio de uma gama de ações e práticas fundamentadas, que assegurem os direitos dos cidadãos apenados.

Deverão ser empregados todos os meios apropriados, inclusive atendimento religioso, nos países onde isso for possível, educação, orientação vocacional e capacitação profissionalizante, assistência social, aconselhamento para o emprego, desenvolvimento físico e fortalecimento do caráter moral, conforme as necessidades individuais de cada preso, levando-se em conta sua história social e criminal, suas capacidades e aptidões físicas e mentais, seu temperamento pessoal, a duração de sua sentença e suas perspectivas após a soltura. (Coyle 2002 p.101-102).

Reis e Carvalho (2007 p.9) destacam o papel social do profissional bibliotecário, pois a ele cabe a responsabilidade de zelar e fazer compartilhar a herança do exercício da cidadania, trabalhando com a informação, levando-a aqueles que necessitam. Pontua-se, com Reis e Carvalho, que diante do contexto do sistema prisional, a informação circula de maneira bem particular, mas é espaço para exercitar a experiência do profissional da informação e as possibilidades de atuação.

Assim, a pesquisa tem viés direcionado à ressocialização, visto que o convívio social para além do sistema prisional pode e deve ser utilizado de forma a possibilitar condição de mudança de mulheres privadas de liberdade. Neste sentido, espera-se que seja relevante também para outras áreas e que as possibilidades conduzam a repensar técnicas de retorno à vida em liberdade utilizando o acesso à informação como aliada das instituições penais. Explicita-se, portanto, a questão que move o estudo: como mulheres em contexto de privação de liberdade interpretam e constroem o conceito de qualidade de vida possibilitado pelo acesso à informação? Tendo-se o objetivo geral de analisar como a necessidade, o acesso e o uso de informações, disponibilizadas ou não pelo CPJC, interferem na (re) construção do conceito de qualidade de vida por parte das mulheres apenadas. Quanto aos objetivos operacionais buscou-se identificar o que as internas do CPJC consideram como qualidade de vida; caracterizar a necessidade de informação requerida pelas apenadas versus a informação recuperada para construir o conceito de qualidade de vida, e

especificar possibilidades do CPJC de acesso e uso de informação que possa conduzir a melhoria da qualidade de vida.

2 Fundamentação Teórico-Conceitual

Nesta seção são apresentados os temas considerados relevantes para a melhor compreensão dos tópicos envolvidos no estudo: a qualidade de vida e acesso à informação trazendo à tona os conceitos, mostrando como uma complementa a outra de forma a melhorar aspectos inerentes do ser humano. Insere-se o direito à informação e o acesso nas instituições prisionais, introduzindo a origem do termo informação e o contexto assumido pela humanidade, sobretudo com o papel da comunicação e a inserção do contexto informacional no sistema penitenciário. A recomendação do acesso à informação em virtude da responsabilidade para gerar conhecimento nos indivíduos, principalmente no que diz respeito aos direitos sociais e cívicos, e por consequência considerando o conhecimento com caráter de condição de vida do indivíduo.

A primeira parte da discussão teórica debruçou-se sobre o termo qualidade de vida e sua ampliação de uso na sociedade atual, principalmente no vocabulário popular e de senso comum tendo o termo como uma maneira de resumir melhorias ou de elevar o padrão de bem-estar na vida das pessoas, seja de ordem econômica, social ou emocional. Embasados pela Organização Mundial de Saúde (1998) que defende a qualidade de vida como:

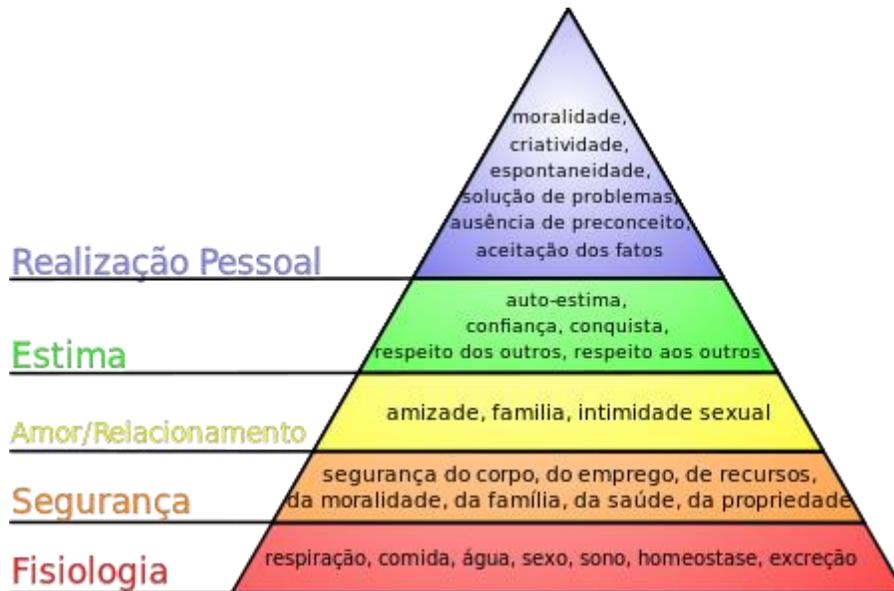
[...] a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Envolve o bem-estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e amigos e, também, saúde, educação, habitação, saneamento básico e outras circunstâncias da vida. (OMS 1998).

A informação interliga-se à qualidade de vida, e esta se direciona a hierarquia das necessidades humanas básicas, representada pela pirâmide de Maslow (1970).

Este autor subdivide as necessidades em cinco categorias específicas. Cada patamar considera um estágio de necessidade, sendo o mais urgente a base da pirâmide. O indivíduo movimentar-se-ia da base para o topo, passando de um estágio para o outro quando todas as suas necessidades, no estágio anterior, estivessem satisfeitas. A hierarquia das necessidades determina

o comportamento dos indivíduos, indica os fatores motivacionais de desempenho e satisfação no trabalho, podendo também ser aplicados à qualidade de vida, de maneira geral.

Figura 1 - Pirâmide das necessidades básicas

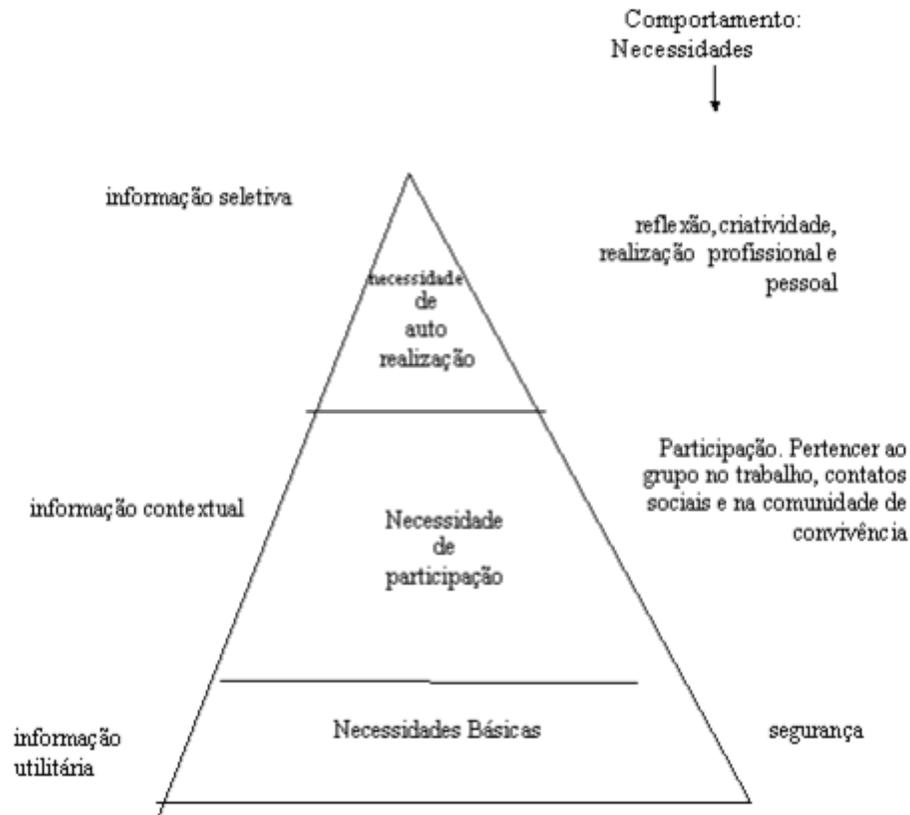


Fonte: Maslow (1970)

A configuração piramidal indica que há sempre maior quantidade de pessoas na base do que no topo. Seriam aquelas pessoas que procuram satisfazer as necessidades de alimentação, habitação, vestuário, saúde, educação, sendo que o seu comportamento seria fundamentalmente o de perseguir e satisfazer estas necessidades, que representam a segurança de suas próprias existências em determinado espaço. Seja este ambiente uma empresa, ou uma ala de um presídio feminino, o primordial e precípuo é continuar vivo, a partir do que outras necessidades surjam. Barreto (1994) considerando as necessidades de informação usa as ideias de Maslow e constrói uma pirâmide com somente três degraus (Figura 2).

Subindo na pirâmide estão os indivíduos que, depois de resolvidas as necessidades de segurança, orientam-se por um comportamento participativo e por uma vontade de permanecer nos grupos, seja os grupos de trabalho, comunidade, afetivos ou profissionais. A demanda por informação deve ajudar a garantir a permanência segura nos vários contextos em que habitam e que pretendem permanecer.

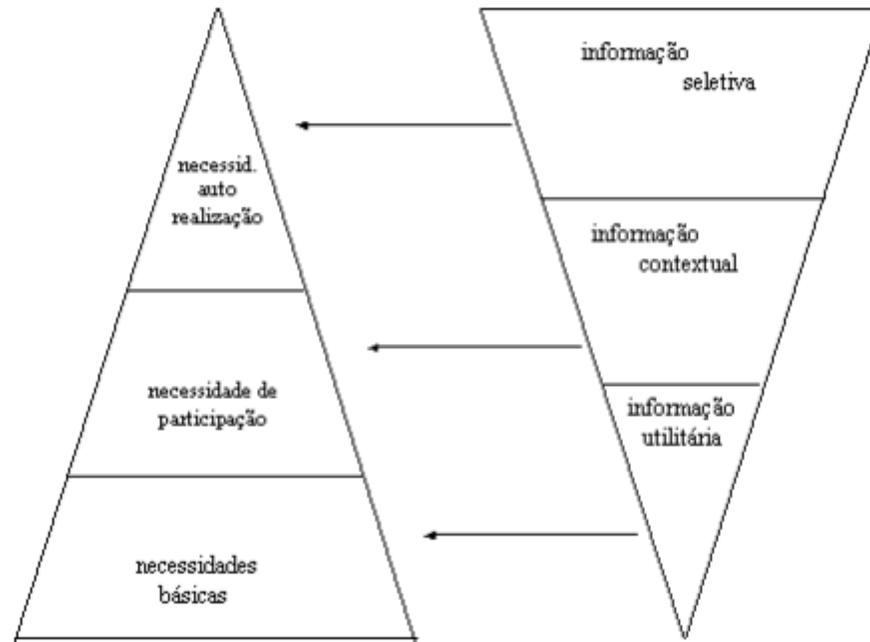
Figura 2 – Pirâmide de necessidades



Fonte: Barreto (1994).

No topo da pirâmide, observa-se que, estando com as necessidades anteriores atendidas, os indivíduos são impulsionados por sentimentos de auto realização e vinculam à informação com compromissos de reflexão, criatividade e satisfação pessoal de seu potencial. Tanto que as informações requeridas se apresentam com maior nível de qualificação e seletividade. Ao se configurar a demanda de forma simplificada, infere-se que o fluxo de informações agrega qualidade no sentido da base para o topo. Por esta razão, a oferta de informação se relaciona com a demanda como uma pirâmide ao contrário, inversamente proporcional em quantidade e em qualidade às posições da informação solicitada.

Figura 3 - As necessidades e os estoques de informação



Fonte: Barreto (1994).

Ao inverter a posição da segunda pirâmide Barreto (1994) considera que a necessidade dos indivíduos estruturada em estoques é inversamente proporcional em termos qualitativos e quantitativos às informações da primeira pirâmide. Então, grande número de necessidades básicas são atendidas por um estoque mínimo, enquanto a necessidade de autor realização exige uma maior quantidade e qualidade de informação seletiva. Para o autor configuram-se situações de racionamento e de excedente de informação nos extremos das pirâmides, em que as necessidades de informação estariam inseridas no escopo do pensamento e da construção de sentidos. Para Silva (2012) as necessidades de informação são fruto de fenômenos sociais de interação com outros seres que estimulam a consciência para a construção de conhecimento. Ainda segundo ele, as necessidades de informação contemplam três fundamentos:

A autonomia de informação do usuário que sente uma necessidade diante de um fenômeno social e pode ou não reconhecer o papel de um centro de informação para suprir suas necessidades de informação; o contexto das relações sociais dos usuários com outros componentes humanos que o levam a sentir necessidade(s);

e a interação do usuário com o próprio centro de informação quando as necessidades já são minimamente concebidas. (Silva 2012 p. 106).

Os fundamentos mencionados podem se subdividir quanto aos: processos históricos e cronológicos; processos humanos; processos psicossociais e processos institucionais e psicopedagógicos. Todos eles visam atingir o princípio básico da necessidade de informação, pautado na satisfação do usuário que atualmente perpassam por um processo de urgência, fenômeno que em tudo se relaciona à evolução das tecnologias e à rapidez na qual a sociedade atual está inserida.

Importa salientar ainda que a necessidade informacional não é caracterizada como algo fundamental, tal qual, por exemplo, um lar ou alimentação, mas antes, uma busca surgida do desejo de atender as necessidades primárias (Barreto 1994). No entanto, Le Coadic (2004) em oposição afirma que os seres humanos têm necessidade de informação igualmente precisam de alimento e abrigo. A indispensabilidade da informação, como uma necessidade básica ocorre influenciada por diversos fatores e estão relacionados com a importância que cada indivíduo impõe sobre aqueles em momentos diferentes.

Observa-se que o direito à informação não trata apenas do acesso, inclui o compromisso do Estado em colocar à disposição, prioritariamente as informações públicas. Tal direito faz parte dos considerados fundamentais para qualquer cidadão, inclusive daquele privado de liberdade, como princípio basilar da dignidade humana. Em razão disso, o acesso importa na medida em que o apenado adquire conhecimento suficiente para compreender a capacidade de lutar por sua melhoria de vida, dos seus familiares, além da ressocialização e reinserção social.

Não basta ter assegurado o direito à informação porquanto é o acesso a essas que asseguram e ampliam conhecimento, possibilitando a qualidade de vida e fator preponderante no que diz respeito ao reconhecimento de direitos pela sociedade, inclusive, contribuindo para o empoderamento, a equanimidade e a inclusão. Razões que conduzem a sociedade contemporânea a enfrentar processos acelerados de transformações políticas, econômicas, culturais e sociais, e neste cenário, destacar a informação como um direito fundamental do cidadão, garantido pela legislação vigente no país.

Para Amaral (2014), analisada pelo aspecto da dimensão social, o acesso à informação tem o poder de suscitar a igualdade, tornando-se elemento importante de inclusão, ao fomentar o acesso e à informação para e por todos os cidadãos. Denota-se que o contexto informacional assume importância ímpar na sociedade, ao tratar, sobretudo do processo basilar da comunicação, com caráter de melhoria na condição de vida do indivíduo sob diferenciados aspectos.

Seguindo o itinerário da fundamentação, a seção seguinte aborda o contexto de gênero na ciência da informação, demonstrando que diante dos estudos de gênero tendo uma representatividade na autoria de trabalhos científicos renomados, o número de estudos que englobam a mulher prisioneira ainda compreende pequeno percentual.

A mulher configura um papel de transformação da sua realidade social. A partir do movimento feminista e das discussões tecidas no gênero, elas assumem o lugar que é delas por direito, questionando as desigualdades e os modelos socialmente impostos, ecoando o grito por igualdade de direitos, participação na vida política, social, condições dignas de trabalhos e decisões para assumir o próprio corpo.

Porém, no espaço prisional, homens e mulheres são tratados de forma diversa, a criminalidade sempre esteve fortemente associada ao gênero masculino, principalmente por ser esse o gênero considerado viril e transgressor, enquanto o gênero mais fraco, por séculos é tido como intelectualmente inferior, de segunda classe, menos perspicaz e conseqüentemente menos perigoso. Contudo, diante do crescente número de mulheres em situação de privação de liberdade, percebemos que esse panorama toma novos rumos. De acordo com Faria (2010), os discursos de gestores de segurança pública e pesquisas acadêmicas realizadas, em grande maioria acreditam que o envolvimento de mulheres em atos ilícitos possui vínculos afetivo-conjugais com parceiros que cometem crimes, sendo esses geralmente os líderes da transação e elas apenas “mulas”, “burros de carga”, meios de transporte (aviãozinho) das mercadorias ilícitas.

Os fatores que caracterizam os processos de inserção da mulher na criminalidade são muitos, os marcadores de gênero, raça, cultura, desigualdade social, o incitamento ao consumo e a espetacularização e virtualização da vida social, dentre outros, tudo isso simultaneamente incitam o desenvolvimento de processos como a violência e aumento da criminalidade. Esse

movimento paradoxal da inserção do sexo feminino no crime é um caminho para refletir sobre as afirmações de gênero na atualidade, porquanto como afirma Campos, Trindade e Coelho (2008 p. 4), “[...] alguns crimes cometidos por mulheres esclarecem melhor as ambiguidades de uma sociedade e seus conflitos”.

2.1 Fundamentação Teórico-Metodológica

Adota-se abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, descrita por Yin (2015 p. 21) como aquele que “permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos”.

As abordagens qualitativas são utilizadas em “situações complexas ou particulares e buscam descrever essa complexidade, analisar a interação de certas variáveis, compreender os processos dinâmicos de grupos sociais e contribuir com a mudança de determinado grupo” (Richardson 2008 p.117). Razão por que a pesquisa busca o aprofundamento de uma realidade específica que pode ser adquirida por meio de percepções e informações fornecidas pelo grupo estudado, captando-se explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade.

Uma das finalidades principais é “aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou, ainda, modificar e clarificar conceitos” (Marconi e Lakatos 2008 p.77). Embora, neste momento da pesquisa, ainda não se pense em futuro, mas sim na familiarização com o ambiente, com as condições das pessoas que se encontram privadas de liberdade, como ocupam seu tempo buscando qualidade de vida.

Quanto às técnicas de pesquisa, utiliza-se a pesquisa bibliográfica documental, que permite visão dos temas, dimensões de tempo e compreensão social, o que “favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros” (Cellard 2008 p.295).

Instrumentalizada pela entrevista semiestruturada, a pesquisa permite ao entrevistado maior liberdade para discorrer sobre o tema proposto, além disso, as narrativas obtidas por esse meio são determinadas por um contexto histórico, temporal e cultural. Ou em outras palavras

realizar “uma conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes a um objeto de pesquisa” (Minayo 2014 p.108).

No espaço em questão, a observação participante não sistemática, torna-se fundamental, tendo em vista que por meio dela esperava-se conseguir identificar as discrepâncias existentes entre o discurso escrito e o falado e sobre as práticas sociais exercidas.

2.2 Campo da pesquisa

Minayo (2014 p. 105), afirma que o campo de pesquisa é o local em que se realiza e ocorre a coleta de dados necessários à elucidação e esclarecimentos do problema, observado de forma ampla, constituindo-se em um “recorte espacial correspondente à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação”. Corresponde então ao Complexo Penal João Chaves localizado na Av. Dr. João Medeiros Filho, nº 963, Estrada da Redinha, Bairro Potengi, no município de Natal, capital do Rio Grande do Norte.

A instituição tem como missão contribuir com a segurança civil da sociedade potiguar por intermédio de adoção de políticas públicas direcionadas aos direitos humanos no sistema prisional. De natureza estatal pública, vinculada à Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUC) e gerida pela Coordenadoria de Administração Penitenciária (COAPE) e na esfera federal pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). O complexo atua de acordo com o Plano Nacional de Segurança Pública, lançado em 2017, pelo governo federal em formato de integração, coordenação e cooperação com estados e sociedade, sendo a cidade de Natal-RN, uma das capitais escolhidas para a modernização do sistema penitenciário e o combate integrado às organizações criminosas. Também figuram como prioridades do referido plano a redução do feminicídio e da violência contra a mulher; a diminuição de homicídios dolosos e o combate integrado ao tráfico de drogas e de armas.

O Complexo engloba o pavilhão para os dois gêneros e o Hospital de Custódia (HC) para presos/as em medida de segurança. O pavilhão para o gênero feminino foi criado em 1992, existindo nele o regime fechado, aberto e o semiaberto, porém o regime semiaberto não é implementado da forma como deveria ser, devido à estrutura física da unidade. O regime semiaberto não é cumprido como previsto no Código Penal de 1940 (Brasil 1940) no CPJC, pois

é designado que a pena deve ser cumprida em uma colônia agrícola ou industrial e no período noturno dormiria na unidade prisional. Contudo, isso não ocorre, interferindo no regime semiaberto e provocando um ineficiente meio de ressocializar, devido ausência de colônias agrícola e/ou industrial.

O CPJC – Pavilhão das internas conta com 14 celas no pátio interno, e três celas destinadas à triagem (período de 10 dias em que as apenadas não recebem visitas) e cumprimento de sanção disciplinar que fica no pátio externo. Esta ala tem capacidade para custodiar 70 internas, porém, atualmente tem 137 presas, encontrando-se com população acima do número em virtude da alta demanda.

As mulheres que cumprem suas penas no CPJC são mulheres comuns, em sua maioria de baixa renda e que se envolveram no mundo do crime graças à necessidade sustentar suas famílias. O CPJC abriga atualmente mulheres de diferentes idades, algumas com problemas de saúde sérios, psiquiátricos, além das grávidas que geram seus filhos atrás das grades.

De acordo com o levantamento feito, a instituição conta com alguns programas de ressocialização e educação das apenadas, com uma biblioteca, escola penitenciária, assistência jurídica e social, cursos educativos na área de artesanato, formação profissional e confecção de terços para uma empresa particular do ramo, buscando contribuir para a recuperação da dignidade da apenada e colaborar com a manutenção da democracia.

2.3 Coleta de dados

A coleta iniciou-se com visitas feitas entre março de 2018 a março de 2019, objetivando conhecer e observar a rotina das internas/colaboradoras durante as aulas, e realizar as técnicas de coleta de dados para a consecução deste estudo.

Adentrar as dependências de uma unidade prisional é um dos atos mais difíceis vivenciado. O processo inicia com a solicitação para autorização de entrada no Complexo dirigida à Coordenadoria de Assistência Penitenciária (COAPE). Em torno de 30 dias o retorno da Coordenadoria, realizando-se a primeira visita as dependências do CPJC, marcada por uma série de perguntas, todas direcionadas a entender qual a proposta de pesquisa e como a mesma seria realizada. Seguiu-se pelas regras que um pesquisador deveria seguir para poder dar

continuidade à pesquisa. A exemplo disso, sempre que as pesquisadoras entravam no Complexo era feita uma revista, sendo necessário deixar todos os pertences pessoais em uma sela e passar pelo detector de metais. Ficou acordado que não se conduziria ao Complexo aparelhos eletrônicos como celular, gravador, notebook, entre outros.

Em um primeiro momento ficou decidido que as mulheres em sala de aula, poderiam utilizar lápis, assim se daria a primeira parte da coleta de dados, por meio do *brainstorming*, porém ocorreram mudanças na gestão da instituição e essa decisão foi revogada, tornando-se impossível para as apenadas utilizar canetas ou lápis, pois se acredita que esses materiais transformam-se em armas. Diante de todas as recomendações aguardou-se para iniciar contato com as mulheres, porém, ocorreram mudanças na gestão, necessitando de algumas alterações no cronograma da pesquisa e na forma de execução. Assim por vezes as visitas ao CPJC foram apenas para reconhecimento e a possibilidade de criar um ambiente mais amigável, pois a princípio os olhares eram assustados e desconfiados a cada entrada.

No decorrer do período em que não houve acesso às apenadas foi possível conhecer sobre a rotina das que trabalhavam na cozinha, enfermaria e também o dia a dia das agentes penitenciárias do CPJC. Tal atitude ajudou a entender o Complexo e adquirir um pouco de confiança das mulheres.

Assim, na oportunidade de iniciar a coleta de dados, esta foi dividida em dois momentos. O primeiro ocorreu com a realização de um *brainstorming* - utilizando a técnica de grupo nominal (TGN), visando provocar a explicitação de termos sobre qualidade de vida pelas pessoas em situação de prisão. A TGN é usada quando se quer obter consenso entre integrantes, sem que um influencie o voto dos demais. Obedece aos seguintes passos: cada participante escreve suas ideias em um papel, no entanto devido às mulheres não terem acesso a lápis, foi necessário que a pesquisadora fizesse as anotações conforme as ideias surgiam. O registro dos termos se deu em *post it* ordenados e votados para se obter uma ordem classificatória.

No segundo momento, utilizou-se questionários individuais para conhecer as informações que respaldam a qualidade de vida, para cada apenada. Além disso, há ainda acompanhamentos como pesquisadora de algumas rotinas, até a permissão do sistema prisional. De início

acompanhada por uma guarda designada previamente pela Coordenação do Sistema Penitenciário do Estado.

A utilização de um caderno de campo foi importante para detalhar percepções, evolução do projeto e facilitar o acompanhamento e desenvolvimento do estudo. Nele estão anotações sobre o desenrolar das conversas, o período acompanhado pelos colaboradores da instituição, como acontecem as experiências, quais sensações são explicitadas ou percebidas, reflexões subsequentes sobre as conversas mantidas, dentre aspectos que contribuem para ampliação dos resultados.

2.3 Análise de Dados

A técnica utilizada para tratar os dados coletados foi a análise de conteúdo, a qual, segundo Bardin (2009), é um conjunto de instrumentos metodológicos aplicados a discursos (conteúdos e continentes), utilizando categorias, que agregam elementos constitutivos de conjuntos por diferenciação ou por reagrupamento de critérios previamente definidos, ou definidos somente por ocasião da análise das informações. Obedecem aos questionamentos definidos, aos objetivos específicos que oferecem os elementos orientadores da pesquisa, inclusive na elaboração das perguntas feitas as encarceradas, utilizando-se para as categorias de análise.

3 Qualidade de Vida por Mulheres em Privação de Liberdade

O *brainstorming* permite o desenvolvimento da criatividade e produz grande quantidade de ideias em curto espaço de tempo. Apresentou-se o tema qualidade de vida para as participantes e pediu-se que verbalizassem o entendimento que elas tinham sobre o assunto, sem preocupação com certo ou errado. Os termos refletiram sobre o que é não disporem de qualidade de vida e contextos variáveis da realidade de uma instituição prisional. Em virtude de serem impedidas de utilizar lápis ou esferográficas durante sua estada no complexo, sob a alegação de que podem se transformar em armas, anotou-se as ideias explicitadas durante o desenvolvimento da técnica. A imagem apresentada no Quadro 1 contém palavras e número de ocorrências que foram indicadas.

Elas sugerem, em primeiro lugar, que mesmo sem conhecimento específico as mulheres em privação de liberdade referem em suas falas, quais necessidades de informação são consideradas parte das necessidades humanas e têm o poder de determinar o comportamento do indivíduo no seu meio de convívio. Em segundo lugar, a quantidade de vezes que uma mesma palavra foi indicada por pessoas diferentes, indicativo de concordância, com os autores que afirmam que a necessidade de informação é um sentimento.

Quadro 1 – Termos representativos de qualidade de vida

Termos Qualidade Vida	Ocorrências	Termos Qualidade Vida	Ocorrências
Saúde	17	Ter remédios	4
Respeito	15	Não ficar trancada	4
Amor	12	Estudar	4
Ser ouvida	11	Assistência social	3
Ir à escola	11	Assistir filme	3
Ficar com a família	9	Cuidar dos filhos	3
Assistência do Governo	9	Sair daqui	3
Dormir em cama	7	Ter o que vestir	2
Trabalho	7	Comer na hora certa	2
Ser amada	7	Atividade física	2
Cuidar da família	7	Cuidar dos cabelos	2
Médico da mulher	7	Sorrir	2
Dinheiro	6	Paz	2
Lugar pra morar	6	Estar bem da cabeça	1
Comer bem	5	Amigos	1
Se cuidar	5	Ser feliz	1
Saber ler	5	Poder dançar	1
Cuidado	5	Ir as festas me divertir	1

Fonte:

Autoras (2019).

Torna-se então perceptível que as mulheres em situação de privação de liberdade referenciam que qualidade de vida está ligada a uma série de fatores internos e externos, que englobam não apenas o ser individual, mas um conjunto de situações, elementos e serviços necessários à melhoria de vida. Contudo também é notável que as questões direcionadas as necessidades de segurança, a segunda parte da base da pirâmide de Maslow, estão vinculadas com desejos de sentir-se sem perigo, em ordem, com emprego estável, plano de saúde, seguro de vida, assistência social, psicológica, etc.

Quanto à segunda parte da pesquisa se constituiu a partir de entrevistas com as mulheres que cumprem pena no CPJC. Anteriormente definida a utilização de um questionário, porém as condições impostas, pela Coordenação à frente da unidade, não permitiram realizá-lo de forma individualizada, fazendo-se necessário uma adaptação, resultando numa conversa por celas, com a mediadora realizando as anotações.

Construímos categorias a partir da técnica presente no método sintetizado por Bardin (2009), e ao mesmo tempo ao que as internas expressaram como parte de um conjunto de técnicas que utilizam procedimentos objetivos para descrição do conteúdo das mensagens. As informações categorizadas a seguir compreendem as falas de um percentual de mulheres 48,6% das entrevistadas, que atendiam as condições de poder participar do estudo no CPJC.

A análise dos dados foi apresentada inicialmente pelas categorias utilizadas por Barreto (1994) em grupos compostos por Informação Utilitária; Informação Contextual; Informação Seletiva, e foram complementadas por outras falas sobre oferta e acesso que de certa forma são elementos diretamente relacionados à necessidade e uso da informação.

3.1 Informação Utilitária

As necessidades de caráter básicas, tratadas como informação utilitária, são aquelas que cumprem a base da pirâmide das necessidades humanas, consideradas para muitos como as mais importantes e de segurança, tais como manter-se vivo, respirar, um trabalho digno, lugar para morar e dormir, dentre outros.

Observa-se um interesse generalizado no que reporta aos estudos, pois a maioria acredita que a sala de aula é um lugar de saber, que tem poder de mudança positiva. E por ser condição *sine qua non* para que participem das possibilidades que o CPJC oferece, inclusive na confecção de terços, que lhes permite uma renda para contribuir com a manutenção dos filhos que ficaram com os familiares. De toda sorte existe a reclamação vinculada ao fato de não serem todas as que podem frequentar a escola penitenciária, que lhes daria oportunidade de participação em outros projetos e com certeza ampliaria as condições de sobrevivência e qualidade de vida.

Quadro 2 - Aprendizado em sala de aula

Nº da Cella	Aprendizado em Sala de Aula	QV em Maslow, Barreto e citados pelas mulheres
C14	Sim, mas tem a opção de projeto. Essa turma aqui ninguém participa porque a gente quis fazer os terços e as outras coisas, distrai o dia e a gente arruma um dinheirinho pra ajudar em casa.	Maslow (1970) chama atenção para segurança do corpo, do emprego, de recursos, da moralidade, da família, da saúde, da propriedade. Atendimento de necessidades básicas por meio de informações utilitárias seria, para Barreto (1994), a que também corresponderia à segurança. Após o que se pode pensar em outras necessidades a serem atendidas. No quadro dos termos sobre QV determinados pelas mulheres, aparecem: respeito (15); amor (12); ir à escola (11); ficar com a família (9); assistência do governo (9). Dentre os termos com maior frequência que consideram como básicos ou para adquirir outros como lugar para morar (6); dinheiro (6); ou cuidar da família.
C13	Sim, mas aqui é por cara, eles escolhem quem vai participar, ninguém sequer justifica, é só não pode e pronto.	
C12	Sim interessa, mas aqui se estuda por cara, quem elas gostam participam.	
C11	Sim, mas a gente não participa, disseram que não tem espaço pra todo mundo. Eu queria, era bom para ao menos assinar o nome.	
C10	Sim, mas só a Lis faz aula aqui. Eu faço terço, preciso comprar umas coisinhas para minha bebê e o terço paga. Acho que aprende muito, é uma pena que nem todo mundo pode participar, aqui tudo é por cara.	
C8	Sim, a aula é um lugar de aprender e quando a gente aprende tem oportunidade de sair desse lugar e encontrar um futuro, trabalhar, criar nossos filhos e ensinar a ser melhor que nós.	
C7	Até interessa, mas aqui é tudo por cara, eles escolhem quem pode participar das aulas e dos projetos e o resto fica de cara pra cima.	

Fonte: Autoras (2019).

Todo cidadão tem direito à educação, isso inclui o prisioneiro em atenção a LEP em seus artigos 17 e 18, compreendem um direito que exige do Estado uma prestação positiva. As mulheres conhecem esses direitos e em determinado momento citaram a LEP. Desta forma, a não participação das apenadas em atividades educacionais afronta o exposto na norma jurídica, contraria a assistência educacional, o oposto poderia possibilitar um processo de ressocialização, bem como a remissão de pena principalmente pelo fato de ampliar as possibilidades dessas mulheres quando voltarem para liberdade e ao mercado de trabalho. Acrescendo a solicitação da escola, elas também se posicionam a favor da frequência a biblioteca pela possibilidade de leituras compartilhadas, que é a forma encontrada para satisfazer as que não sabem ler.

3.2 Informação Contextual

Envolve a necessidade de pertencimento, geralmente vinculada aos atos de cuidado, amor, amizade etc. As relações com as companheiras do presídio fazem parte da informação contextual, pois se trata de pertencer a um determinado espaço e não se sentir excluído.

Quadro 3 - Relacionamento e visita familiar.

Nº da Cella	Falas sobre Relacionamento e Visita Familiar	QV em Maslow, Barreto e citados pelas mulheres
C14	[Risos] É pra falar a verdade moça? É normal, se é que dá pra dizer assim. É bom olhar nossas crianças Sim, todas têm, aquela ali tem.	Para Maslow (1970) amizade, família, amor, relacionamento.
C13	Bom e ruim ao mesmo tempo, é difícil quando não vem ninguém e tem muita gente aqui que não recebe visita, aqui a gente não pode dar um copo de refrigerante a uma colega que não recebeu visita, porque já ganha punição. Tem como ficar bem assim?	Necessidade de participação, pertencimento ao grupo, contatos sociais e comunidade de convivência seriam termos importantes no item da informação contextual para QV, em Barreto (1994).
C12	É bom, mas é triste ninguém sabe nem como explica isso direito.	
C11	Feliz, mas é difícil receber eles nesse lugar. (Jovem com pouco tempo na instituição). Eu nunca recebi visita, minha família nem é daqui, em casa eu tinha de tudo, aqui nem comida decente tem. Por isso que tem dias que eu acordo assim triste. Ah, hoje de manhã eu estava tão triste, agora estou melhor, porque aqui é assim tem horas que a gente fica triste. É até bom quando vem gente de fora, como a senhora para olhar outra cara (risos).	
C10	Triste moça, aqui é um inferno. Não tem lugar pra nada e a visita é nesse sol, se alguém quiser ir ao banheiro não pode ou vai no banheiro e depois tem que ir pra casa. Tem gente que se urina aí moça, é horrível.	Saúde (17); ser ouvida (11); ficar com a família (9); ser amada (7); cuidar da família (7); saber ler (5); comer bem (5); estudar (4); não ficar trancada (4); cuidar dos filhos (3); Seriam os termos que para as mulheres representariam QV.
C8	É horrível, constrangedor. Antigamente as visitas eram nas celas, aí nossos familiares usava o banho, ficavam na sombra, era muito melhor. Agora inventaram de colocar as visitas no pátio, aí é sol e ninguém pode ir ao banheiro, nem nossos familiares ou nós. Aqui já não é um lugar feliz, a única felicidade é ver nossos filhos, mas somos obrigadas a passar por esse constrangimento.	
C7	Muito triste, esse lugar não é pra receber gente, sinto saudade da minha família, mas prefiro que não venham aqui, só pra ver meu sofrimento. Minha mãe tem 60 anos, é uma humilhação o que ela passa pra entrar nesse lugar, então prefiro que ela fique em casa, antes eu mandava uma carta só que agora nem isso pode mais.	

Fonte: Autoras (2019)

O indivíduo tem a necessidade de pertencer a grupos específicos, isso para não se sentir excluído dos demais, neste caso é fundamental que o indivíduo cumpra algumas funções sociais para integrar-se ao meio, assim é preciso muitas vezes adequar a sua língua, religião, cultura, sotaque, hábitos etc.

Neste contexto, basicamente, o indivíduo busca a informação que lhe garanta permanência segura nos diversos contextos em que vive e nos quais deseja permanecer.

O relacionamento familiar e visitas no complexo foi de longe uma das partes mais marcantes, as respostas eram cercadas por uma carga de melancolia na fala ou no olhar das mulheres, primeiro pelo fato de receberem sua família no ambiente em questão e segundo pelo ambiente não oferecer nada propício à recepção das visitas. Receber suas famílias deveria ser um momento significativo, na verdade é, mas não de forma positiva.

Ficou perceptível que as condições para as visitas deixam as mulheres extremamente tristes, além disso, a falta de visita dos maridos/ namorados é fator agravante, uma maioria tem seus maridos presos ou se envolveu no mundo do crime através de um relacionamento amoroso e o companheiro encontra-se na mesma situação ou simplesmente desapareceu depois das suas prisões. A realidade do sistema acaba por ser menos compreensiva com as mulheres.

3.2 Informação Seletiva

Em termos de informação seletiva, pode-se reafirmar que ela constitui o topo da pirâmide, são as informações tidas como informação para realização profissional e/ou pessoal. De acordo com Barreto (1994) nessa parte da pirâmide, os indivíduos, tendo satisfeito as necessidades anteriores, são impulsionados por sentimentos de auto realização e vinculam-se à informação com compromissos de reflexão, criatividade e realização.

São necessidades do topo da pirâmide invertida, o maior espaço, exatamente porque são as informações que interessam a cada um de per si. No contexto em questão, as informações de ordem seletivas são as religiosas, de cuidado com o corpo, com a beleza, o lazer e otimismo.

O otimismo funciona como possibilidade de minimizar os riscos sociais. Percebeu-se que uma das formas de manter a alegria é pensar nos dias de liberdade e na família, nos filhos essenciais para manter a alegria e vontade de enfrentar o dia a dia prisional, principalmente para Davi, Maria da Conceição e Garcia, Joana Coeli Ribeiro. Necessidade, acesso e uso da informação como fatores para qualidade de vida para mulheres em privação de liberdade. *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*. vol. 14, no. 2 2020 pp. 75-103

as mulheres grávidas. Estas conseguem ser otimistas quanto aos filhos que chegarão para lhes alegrar o dia, mesmo que a dor da despedida seja insuportável.

As mulheres privadas de liberdade no CPJC têm um misto de alegria e tristeza incomum, a melancolia nas falas é misturada com pequenas alegrias das lembranças vivenciadas ou dos pensamentos sobre o futuro.

Quadro 4 - Otimismo

Nº da Cella	Falas sobre Otimismo	QV em Maslow, Barreto e citados pelas mulheres.
C14	É difícil moça, eu penso que vai chegar meu dia de sair daqui, penso nas minhas crianças, rezo. Eu penso em chocolate [Risos].	Moralidade; criatividade; espontaneidade; ausência de preconceito; aceitação dos fatos; São alguns termos indicados por Maslow (1970). Para Barreto (1994) necessidade de auto realização ou realização profissional e pessoal. Enquanto para as mulheres os termos sobre QV representam a dura realidade, mas, ao mesmo tempo, a manutenção de otimismo do tipo ser feliz (1); cuidar dos cabelos (2); atividade física (2); poder dançar (1); ir a festas (1);
C13	A gente lê a bíblia, canta, conversa e pensa no dia que vai sair daqui.	
C12	Louvando a Deus moça, pedindo força todo dia, porque às vezes a cabeça começa a perturbar e dar vontade de fazer tanta coisa, a vida aqui não é para gente, você já viu gente viver assim? Sentada no chão por que não tem espaço? E se manter alegre como?	
C11	A gente reza, pega um livro pra se distrair, conversa com as outras e conta pra fugir o pensamento daqui.	
C10	[Risos...] ahhhh, aqui a gente pensa nos nossos filhos, pensa se vão ser meninos e como será o futuro deles. Eu penso que ele vai estudar e ter uma vida digna para não precisar parar nesse lugar. O dia a dia é assim, uma olhando na cara da outra, tentando ajudar a não desanimar, orando e pedindo força a Deus.	
C8	A gente faz uma oração, pede força a Deus, conversa sobre a vida lá fora. Pega um livro ou revista pra distrair a cabeça.	
C7	Aqui? Só rezando mesmo e pedindo a Deus muito luz, nesse lugar só funciona na base da fé. Isso aqui é um inferno.	

Fonte: Autoras (2019)

3.2 Oferta de Informação

A oferta de informação é marcada pela necessidade de informação e da realidade em que se realiza o consumo. No sistema prisional a configuração de oferta está bem abaixo das expectativas das mulheres que lá cumprem suas penas. Na perspectiva de Barreto (1994) a oferta

Davi, Maria da Conceição e Garcia, Joana Coeli Ribeiro. Necessidade, acesso e uso da informação como fatores para qualidade de vida para mulheres em privação de liberdade. *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*. vol. 14, no. 2 2020 pp. 75-103

de informação que conduz ao conhecimento precisa estar em condições de atender aos requisitos de qualidade, tais como relevância, confiabilidade, novidade e abrangências, a fim de que tais produtos e serviços estejam disponíveis e atendam ao consumidor final.

Quadro 5 - Informação Disponível

Nº da Cella	Falas sobre Informação Disponível
C14	É difícil moça, eu penso que vai chegar meu dia de sair daqui, penso nas minhas crianças, rezo. Eu penso em chocolate (Risos)
C13	A gente lê a Bíblia, canta, conversa e pensa no dia que vai sair daqui
C12	Louvando a Deus moça, pedindo força todo dia, porque às vezes a cabeça começa a perturbar e da vontade de fazer tanta coisa...
C11	A gente reza, pega um livro para se distrair, conversa com as outras...
C10	O dia a dia é assim, uma olhando na cara da outra, tentando ajudar a não desanimar, orando e pedindo força a Deus.
C8	A gente faz uma oração, pede força a Deus, conversa sobre a vida lá fora. Pega um livro ou revista pra distrair a cabeça.
C7	Não, acho que nem pedem pra ler as coisas na aula. Aqui sempre tem livro, vamos fazendo tipo um rodízio [risos] cada uma lê uma parte e ficamos conversando sobre a história, gosto muito de gibi, mas aqui não tem. Tinha dois cordéis, mas rasgaram.

Fonte: Autoras (2019)

O CPJC cumpre com alguns parâmetros, como mencionado anteriormente, tem à disposição das mulheres uma biblioteca, algumas vezes recebem pessoas ou instituições com a finalidade de ofertar cursos (corte-costura, artesanato, vendas). Contudo, a oferta de informação fica abaixo da expectativa de demanda, ou na maioria das colocações das apenadas, elas não se apercebem que estão tratando com informação. Veja-se, por exemplo, o que as mulheres esperam encontrar na biblioteca: as solicitações por mais livros, gibis, jornais e revistas atualizadas deixam a desejar. Ou na instituição, em convivência com outras pessoas, existem cursos diversificados, rádio e eventos promovidos principalmente pela igreja que são os mais constantes.

Interessante relembrar que o CPJC possuía um índice bem melhor dessa oferta, as mulheres dispunham do momento presidiário, em que por intermédio de uma empresa de rádio as famílias podiam mandar abraços, elas tinham informações sobre a vida fora do Complexo, as visitas da igreja eram realizadas com mais constância e existia uma promoção maior de eventos voltados a beleza, cuidado com o corpo, prevenção de doenças e cuidados com a saúde.

Em outras palavras o contato com pessoas do mundo exterior era uma possibilidade de oferta e uso de informações. Necessário atentar para a importância do contexto no sentido de que a oferta, o uso e o valor da informação são individualizados nas suas escolhas, nas formas de sentir e no acesso, portanto bastante relativizado, ou seja, o que para alguns se constitui informação, para outros não tem significado.

Para algumas mulheres está sendo conceituado como extremamente positivo, ao ponto de perceberem que a informação tem poder de contribuir com a melhoria na qualidade de suas vidas, considerando que cada uma delas determina aquilo que tem maior e mais valor para si própria.

3.2 Oferta de Informação

O acesso à informação é indispensável para realizar as atividades que interferem na existência do ser humano, sendo inclusive implementada a garantia desse acesso por Lei, comprovando-se a imprescindibilidade do acesso e uso à informação. O reconhecimento da necessidade de obter informação se dá a partir de uma mediação entre o acervo social do conhecimento dos sujeitos, a realidade e a situação vivenciada, para que além de obter a informação, se possa utilizá-la de forma tal que seja benéfica ao desenvolvimento pessoal, intelectual e profissional do ser humano, e por via de consequência ao seu bem-estar e qualidade de vida.

Como mencionado à oferta de informação no CPJC é mínima, existe no ambiente uma deficiência gritante no que diz respeito à oferta de informação, e como não há tanta oferta, o acesso à informação torna-se praticamente impossível. Sadalla Bucci (2014) acredita que à informação é um instrumento necessário para efetivação da participação na sociedade civil, além de poder ser considerada um requisito essencial para o livre exercício da cidadania. Sendo tal afirmação tão valiosa é notório mencionar que atrás dos muros de um presídio a informação tem poder de mudança nos contextos sociais, físicos, psicológicos e etc.

Assim o acesso depende da oferta de informação que no CPJC é mínima. Existindo naquele ambiente uma deficiência no que respeita à oferta, e não havendo oferta em quantidade e qualidade, o acesso à informação torna-se praticamente impossível.

Quadro 6 - Informação Acessada

N° da Cella	Falas sobre Informação Acessada
C14	[...] tem a opção de projeto. Essa turma aqui ninguém participa porque a gente quis fazer os terços e as outras coisas, distrai o dia e a gente arruma um dinheirinho para ajudar em casa
C13	[...] Aqui era pra ter essas coisas: zumba, dança, tudo que a gente tivesse oportunidade de melhorar um pouco a vida, porque dizem que isso é ressocialização senhora.
C12	Só tem o artesanato, antes tinha tanta coisa e agora está assim, umas podem e outras não aí a gente fica de cara pra cima.
C11	Eu comecei a ler aqui, as meninas ficam lendo a bíblia peguei costume, acho que aqui todas leem a bíblia. - Tem uns livros do pastor Macedo, também de um padre, não sei o nome [risos], mas é bom.
C10	[Risos...] ahhhh, aqui a gente pensa nos nossos filhos, pensa se vão ser meninos e como será o futuro deles. Eu penso que ele vai estudar e ter uma vida digna para não precisar parar nesse lugar. - o dia a dia é assim, uma olhando na cara da outra, tentando ajudar a não desanimar, orando e pedindo força a Deus.
C8	É tudo, aqui tem poucos livros e a gente aproveita para passar o tempo. Eu gosto dos livros de amor e de Deus. Eu gosto de 50 tons de cinza, mas o da biblioteca sumiu [risos].
C7	Aqui? Só rezando mesmo e pedindo a Deus muita luz, nesse lugar só funciona na base da fé. Isso aqui é um inferno.

Fonte: Autoras (2019).

Quando existe uma busca por informação e essa é acessada, nota-se que outras necessidades surgem. Algumas inclusive complementam as anteriores, trazendo benefícios indispensáveis. Novamente trazemos à tona a pirâmide de necessidades de Maslow (1970) e Barreto (1994), nas quais à medida que uma necessidade é sanada, novas vão sendo descobertas, com isso o indivíduo satisfaz suas vontades e melhora os aspectos fisiológicos de segurança e inclusive suas necessidades de realização pessoal. O homem ou a mulher, privados de liberdade, desejam sempre mais informação, acesso e uso efetivo.

A despeito de todas essas assertivas e questionamentos as mulheres são companheiras umas das outras, compartilham no interior de suas celas as leituras diárias com aquelas que não podem ou não sabem ler. São mediadoras do acesso à informação. Ainda que não reconheçam.

4 Considerações Finais

“Senhora, aqui não tem qualidade de vida!” Esta, a fala de uma das internas do CPJC quando nos dirigimos para realizar o *brainstorming*.

O estudo procurava responder uma pergunta primordial que se referia ao conceito de qualidade de vida no cotidiano de mulheres em privação de liberdade. Tal pergunta está ligada principalmente a um contexto informacional, onde a necessidade e uso da informação são indispensáveis para responder se existe qualidade de vida no Complexo Penal João Chaves.

Durante o decorrer do trabalho de campo, o tema se mostrou controverso, tendo em vista que entrelaçava questões distintas e envolvia situações e contextos sociais com amplitude e extrapolação dos muros do presídio.

Em relação aos resultados obtidos a partir da TGN e das entrevistas com as mulheres que cumprem suas penas no CPJC, claramente inexistente qualidade de vida dentro dos parâmetros particulares estabelecidos por essas mulheres, porém pode-se afirmar que existe o mínimo indispensável, visto que o básico para a sobrevivência humana daquele grupo é disponibilizado.

Considerou-se inicialmente que a instituição colocava à disposição das mulheres um leque de opções para a melhoria de vida, não somente pela existência da Lei de Execuções Penais que institui parâmetros para a vivência no sistema prisional, mas antes pelo conhecimento de diversos trabalhos acadêmicos que demonstravam a extrema importância que o CPJC imprimia a ressocialização.

Percebeu-se que o CPJC se empenha em atender a ressocialização e o acesso a informações, mesmo que de forma incipiente e básica, para as mulheres que cumprem penas, por meio de iniciativas, como a difusão da literatura, escola penitenciária e pela aceitação de pesquisadores que desejam estudar o Complexo.

Torna-se possível afirmar que alguns passos são dados, no entanto, as dificuldades englobam uma gama de fatores que envolvem, fundamentalmente, a quebra de paradigmas da cultura prisional, um aspecto ainda pouco trabalhado, principalmente ao ponto de entender que os presídios não são depósitos de delinquentes, mas como no caso em estudo, ali se encontram

mães de famílias, filhas, netas, mulheres que merecem melhoria de vida dentro e fora dos muros do presídio.

Sob outra perspectiva, observou-se a ausência de fatores importantes para a qualidade de vida, tendo como exemplo a necessidade de decidir entre estudar e fazer atividades que gerem algum tipo de remuneração, causando assim à exclusão de duas necessidades primordiais do ser humano, necessidades básicas, a de estudar e de trabalhar, embora no CPJC, o trabalho em questão é o artesanato, também como forma de minimizar o ócio diário e distrair a mente.

O CPJC como a maior parte dos presídios brasileiros está longe de oferecer qualidade de vida a essas mulheres, conforme os desejos delas. Como é sabido o sistema penitenciário atual está em colapso, faltam verbas e recursos humanos que proporcionem melhorias e ofereçam atividades que complementem e supram as necessidades das apenadas.

A situação da mulher encarcerada perpassa muito além da realidade que está posta, há uma diversidade de circunstâncias que as levam até essa condição. Além disso, é perceptível que o não atendimento aos direitos fundamentais para uma vida digna interfira para que as mulheres entrem no “mundo do crime” mais facilmente. Essa inserção, por diversidade de razões, torna-se preocupante exatamente pelo crescente número de mulheres ocupando celas no sistema prisional brasileiro.

O que foi aqui sintetizado não significa dizer que inexistente qualidade de vida no CPJC. Pode não ser o que as apenadas considerem qualidade de vida; pode ser que elas tenham exigências não satisfeitas; de outra parte não se pode esquecer que qualidade de vida está relacionada a sentimentos e percepções e suas satisfações, e estas se apresentam de forma individualizada.

No CPJC, mesmo que não expresso, há um esforço para que as mulheres que lá se encontram tenham qualidade de vida, embora os excedentes de informação de que fala Barreto se transforma em racionamento. Por isso, a conclusão última da pesquisa é que as mulheres internas do CPJC não têm exatamente o que desejam, mas sabem o que querem e ao expressarem suas necessidades, de certa forma almejam que essas possam ser alcançadas.

Sobre proposições que ofereceriam retorno as mulheres do CPJC, no sentido de melhorar sua qualidade de vida: Em primeiro lugar, solicitar um retorno ao CPJC para numa roda de conversa, dar conhecimento as mulheres dos resultados do estudo. De outra parte, a pesquisa atinge seu auge como produção científica por meio da publicação dos resultados, mas isso não atinge de *per si*. A divulgação pelos meios de comunicação da capital e do interior do estado do Rio Grande do Norte seria uma forma das mulheres em privação de liberdade tomar conhecimento também por intermédio de conversações com os familiares, em visitas.

Os administradores poderiam ser estimulados a adotar estratégias diversas para tornar a informação com maiores possibilidades de circulação, acesso e uso no complexo, realizando parcerias com a Universidade do Rio Grande do Norte pelo curso de Biblioteconomia. Mas não só, poderia haver ampliação para outras especialidades com a participação de professores bem como de alunos desenvolvendo projetos de extensão ou de pesquisa para contribuir, por exemplo, com a biblioteca do Complexo, a ampliar seu acervo com bibliografia que estimule e desenvolva a cidadania, maximizando os sentimentos sobre qualidade de vida. Seriam formas de integrar alunos aos orientadores que pretendam dar continuidade a estudos com população carcerária, desenvolvendo experiências de responsabilidade social, bem como incluir estratégias de gestão que visem minimizar problemas informacionais de uso, acesso e comunicação de outras comunidades carcerárias, tornando-se exemplo para o país. Afinal, livre pensar, é só pensar!

Referências

- Amaral, M. R. S. *Disseminação Seletiva da Informação no contexto das organizações aprendentes: proposta de um modelo digital integrado ao SIGAA na Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. 2014. Universidade Federal da Paraíba. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/5934>. Acesso em: 20 nov.2017.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- Barreto, Aldo de Albuquerque. “A questão da informação”. *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol. 8, no. 4, 1994. pp.03-08. Disponível em : http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n04/v08n04_01.pdf. Acesso em: 15 dez.2018.
-
- Davi, Maria da Conceição e Garcia, Joana Coeli Ribeiro. Necessidade, acesso e uso da informação como fatores para qualidade de vida para mulheres em privação de liberdade. *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*. vol. 14, no. 2 2020 pp. 75-103

- Barros Filho, José Nabuco Galvão de. “O direito à informação e os direitos dos presos: um libelo contra a execução pública”. *Rev. Inf. Leg.*, vol. 135, no. 34, Set. 1997. pp.01-06. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/266/r135-18.pdf?sequence=4>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- Brasil. Presidência da República. Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm. Acesso em: 20 ago. 2018.
- Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 set. 2018.
- Bucci, E. S. A jurisdição constitucional e a contextualização do texto da constituição federal de 1988: mutação constitucional. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, vol. 4, no. 1, 2014, pp.155-171.
- Campos, A., Trindade, L., and Coelho, L. M. S. Mulheres criminosas na abordagem interdisciplinar. *Pesquisa em debate*, São Paulo, ed. 9, vol. 5, no. 2, Jul/Dez. 2008. Disponível em: http://www.pesquisaemdebate.net/docs/pesquisaEmDebate_9/artigo_1.pdf. Acesso em: 17 jan. 2019.
- Cellard, André. A análise documental. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* Organizado por Poupart, Jean. Petrópolis, Vozes, 2008. p. 464.
- Coyle, Andrew. *Manual para servidores penitenciários*. Londres, International Centre For Prison Studies, 2002. p. 187. Disponível em: http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/portugese_handbook.pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.
- Davi, Maria da Conceição. *Identificação e construção do conceito de qualidade de vida a partir do acesso e uso da informação por mulheres em privação de liberdade*. 2019. 113 f. Universidade Federal da Paraíba, 2019. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Ciência da Informação.
- Faria, T. D. A mulher e a criminologia: relações e paralelos entre a história da criminologia e a história da mulher no Brasil. *Anais do 19. Encontro Nacional do CONPEDI*, 2010, Fortaleza. pp. 6067-6076. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3310.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- Le Coadic, Y-F. *A Ciência da Informação*. 2 ed. Brasília, Briquet de Lemos, 2004.
- Marconi, M. A., and Lakatos, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2008.
- Maslow, A. H. *Motivation and a Personality*. New York, Harper, 1970.
- Minayo, M. C. S. (org.). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo, HUCITEC, 2014. p. 408.
- OMS. *Promoción de la salud: glosario*. Genebra, OMS, 1998.
- Reis, M. B., and Carvalho, K. de. “Atualidade da missão do bibliotecário: contribuição de José Ortega y Gasset”. *Anais do 7. Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa da Informação -CINFORM*, 2007, Salvador. pp. 1-12. Disponível em: <http://www.dici.ibict.artchive/00001110>. Acesso em: 10 mar 2019.
- Richardson, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo, Editora Atlas, 2008.
- Setzer, V. W. *Meios eletrônicos e educação: uma visão alternativa*. 3.ed. São Paulo, Escrituras, 2005. p. 288.
- Silva, A. M. e Ribeiro, F. *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto, Edições Afrontamentos, 2002.
-
- Davi, Maria da Conceição e Garcia, Joana Coeli Ribeiro. Necessidade, acesso e uso da informação como fatores para qualidade de vida para mulheres em privação de liberdade. *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*. vol. 14, no. 2 2020 pp. 75-103

Silva, J. L. C. “Necessidades de informação e satisfação do usuário: algumas considerações no âmbito dos usuários da informação”. *InCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, vol. 3, no. 2, Jul./Dez. 2012. pp. 102-123,

Yin, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5.ed. Porto Alegre, Bookman, 2015. p. 290.

Copyright: © 2020 Davi, Maria da Conceição and Garcia, Joana Coeli Ribeiro. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Recebido: 31/01/2020.

Aceito: 13/05/2020.